

RACISMO NAS REDES SOCIAIS: PERPETUAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE INFERIORIZAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

RACISM IN THE NETWORKS: THE SOCIAL IMAGINARY PERPETUATION OF BLACKBOARD INFERIORITY IN BRAZILIAN SOCIETY

Tatiana Maria Moura¹

Resumo: Este artigo tem como proposta, analisar o racismo enquanto um fenômeno histórico, que possui uma funcionalidade no processo de estruturação das relações sociais. Apesar de ser um fenômeno secular, a manifestação do racismo se dá a partir de novas demandas da sociedade contemporânea. A título de exemplo, inúmeros casos de racismo em redes sociais foram registrados nos últimos anos. Com isso, busca-se compreender a dinâmica do racismo, utilizando como fonte de pesquisas, postagens racistas contra negros e negras. Para melhor delimitar esta análise, utilizo as postagens veiculadas no Facebook, caracterizado por um site de relacionamento virtual. Por conseguinte, pretende-se fazer esta reflexão a partir do conceito de Imaginário Social.

Palavras-chave: Imaginário Social; Racismo; Redes Sociais.

Abstract: This article aims to analyze the racism as a historical phenomenon, which has a functionality in the structure of social relations process. Despite being a secular phenomenon, the

manifestation of racism, takes place from new demands of contemporary society. For example, innumerable cases of racism in social media have been recorded in recent years. Then, seeks to understand the dynamics of racism, using as a research source, posts with racist abuse against black men and women. To better define this analysis, I use posts of Facebook, a virtual networking site. Therefore, seeks to make this reflection basing in the concept of Social Imaginary.

Keywords: Racism; Social media; Social imaginary.

1 – INTRODUÇÃO

Este artigo se insere no esforço de compreender velhas práticas de discriminação racial, reproduzidas em novos espaços. Desta maneira, o que se percebe é que cotidianamente são registrados inúmeros casos de racismo na internet, principalmente em sites de relacionamento virtuais.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil.

Com isso, toma-se como referência, no intuito de analisar os casos de racismo virtual, neste caso, o Facebook, por ser um site de relacionamento amplamente utilizado no Brasil.

Na primeira parte desse artigo, dedica-se a discutir sobre a complexidade inerente ao racismo na sociedade brasileira. A partir de uma perspectiva teórica e histórica, também busca-se mostrar, como a disseminação do racismo forjou ao longo da história um processo de inferiorização, do negro, a qual o mesmo é representado de maneira estereotipada e negativa.

Na segunda parte, tem-se a pretensão em compreender a dinâmica do racismo contra negros, a partir de sites de redes sociais, usando como pano de fundo para esta análise, o campo de investigação denominado de Imaginário Social. Este campo possibilita entender a perpetuação de discursos, valores, crenças acerca de negros e negras que legitimam as relações raciais hierárquicas entre negros e brancos. Para isso, utilizou-se como fonte de pesquisa as mensagens, comentários, postagens que configuram racismo contra mulheres e homens negros.

2 – RACISMO: UM FENÔMENO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE

Embora seja um consenso entre a comunidade acadêmica, a ideia de que o conceito de raça não seja suficiente para abarcar toda diversidade e complexidade inerente a humanidade. Esta, por sua vez, é uma categoria

que possui um peso significativo no processo de estruturação das relações sociais, sendo que, uma variável está diretamente relacionada à perpetuação das desigualdades sociais e econômicas entre brancos e afrodescendentes.

Segundo Carneiro (2000) o conceito de raça pode ser definido por:

“É a subdivisão de uma espécie formada pelo conjunto de indivíduos com caracteres físicos semelhantes, transmitidos por hereditariedade: cor da pele, forma do crânio, e do rosto, tipo de cabelo etc. Raça é apenas um conceito biológico, relacionado apenas a fatores hereditários, não incluindo condições culturais, sociais e psicológicas. “(CARNEIRO, 2000, p. 05)

Apesar de raça ser apenas um conceito biológico, esta é uma variável que está relacionada com a reprodução das desigualdades sociais e econômicas entre brancos e afrodescendentes no Brasil. Nesse sentido, a questão racial é fundamental, ao passo que, esta possui um peso significativo na estruturação das relações sociais. No entanto, é preciso considerar a complexidade que permeia esta questão, já que as relações sociais hierarquizadas, a partir do critério racial, não se restringem apenas ao binômio: negros e brancos, conforme preconiza Carneiro (2000):

“Ao construirmos a trajetória das ideias racistas no Brasil, percebemos que a maioria branca sempre tratou o negro, o índio, o judeu e o cigano como seres inferiores. Esta é uma das características

fundamentais do fenômeno racista. “ (CARNEIRO, 2000, p. 62)

As ideias racistas partem do pressuposto da existência de uma raça superior e outra inferior. Desta forma, mesmo sabendo que o racismo no Brasil não se limita ao binômio: negro e branco; realizou-se aqui esta discussão tomando como base, o conflito étnico racial entre negros e brancos, devido aos dramas oriundos do período escravocrata, que deixou marcas profundas para os afro-brasileiros.

Com isso, mais adiante serão apresentados exemplos de casos de racismo contra negros e negras em redes sociais, aos quais, evidenciam a imagem do sujeito negro preso a um passado colonial, escravocrata, que afinal foram aproximadamente 400 anos de submissão do povo negro ao regime escravista. Com efeito, os prejuízos simbólicos e materiais para essa população foram incalculáveis.

Para Hasenbalg (2005), a discriminação possui funcionalidade, no sentido de garantir maiores ganhos simbólicos e materiais para brancos e menores possibilidades no mercado, bens materiais e simbólicos para negros. Nesse sentido, o racismo tem como *telos* manter o domínio e os privilégios de um grupo sobre o outro. Desse modo, a desqualificação do outro faz-se necessária para legitimar a existência de uma raça superior.

Segundo Santos (1991) pode-se identificar, no plano histórico várias formas de racismo. A título de exemplo, durante a Idade Média (século V ao XV), os europeus

consideravam inferiores os não-cristãos, árabes, maometanos, africanos e judeus de qualquer parte do mundo. Foi, porém, em torno de 1800, que o racismo sustentado pelos povos europeus passou a se basear em características como: cor de pele, textura do cabelo, forma do nariz e dos lábios.

A montagem de uma tipificação do negro era baseada em características físicas destituiu a diversidade étnico-racial dos povos africanos. Em outras palavras, o preconceito racial passa a ser biológico, deixando de ser cultural.

Neste contexto, Santos (1991) afirma que, a Europa passou a colonizar a Ásia, África e América. Com isso, da Ásia tiraram especiarias, da América açúcar, fumo e metais preciosos e da África, principalmente mão de obra. Para manter tanto a exploração de riquezas quanto a escravização dos africanos, os europeus necessitaram da força e de um outro dispositivo bem mais sofisticado para justificar esse sistema de dominação e isentarem - se da culpa de tanto sofrimento causado a tanta gente. Assim, começaram a pregar que os “povos de cor” eram incapazes de construir uma civilização. (Idem, p. 22-23).

Para o teórico Munanga (1988) argumenta que o ideário racista é promovido por discursos pseudo-justificativos, que além de estabelecerem uma tentativa de pensar o negro como um branco degenerado, um caso de doença ou um desvio da norma, ajudam a esconder os objetivos econômicos e imperialistas da empresa colonial. Desta maneira, fundamentando-se na análise destes autores pode-se afirmar que, a estrutura de pensamento sustentada e

forjada, a partir de um ideal de superioridade do colonizador encontra suas bases em raízes mais profundas da formação social brasileira que ainda estrutura as relações até o presente momento. Dito de outra maneira, os conflitos de natureza étnico-racial são provenientes de interesses e dominação datados historicamente.

3 – IMAGINÁRIO SOCIAL: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE, NA MÍDIA E NAS REDES SOCIAIS

Neste artigo não se tem pretensão de realizar um estudo sobre as redes sociais, mas sim de entender como as pessoas se apropriam das mesmas para veicular e propagar atitudes racistas.

Desta forma, a definição de rede elaborada por Granovetter (2001) aponta que esta é marcada por uma regularidade que estabelece uma conexão entre indivíduos ou grupos. As redes sociais possibilitam uma interação entre as pessoas que se manifestam tanto no mundo virtual, quanto no real, em que as pessoas estão ligadas umas às outras. Dessa forma, analisar as redes sociais possibilita entender as relações travadas pelos indivíduos e, assim compreender os fatos e fenômenos, os quais se pretende estudar.

Com isso, ao analisar as redes sociais na internet é fundamental, uma vez que, permite-nos compreender os processos de sociabilidade contemporânea. A comunicação mediada pelo computador amplia a conexão entre os sujeitos,

nessa perspectiva, as redes sociais, oferecem ferramentas para estudo da realidade, e como os indivíduos, estabelecem sistemas de representações e interações.

Segundo Recuero (2009) as redes sociais na internet são dinâmicas, estão em constante transformações, pois estas mudanças decorrem dos processos de interações entre os sujeitos. “A interação social é compreendida como geradora de processos sociais a partir de seus padrões na rede, classificados em competição, cooperação e conflito”. (RECUERO, 2009, p. 80). Ao se eleger as redes sociais, enquanto fontes de pesquisa histórica, o intuito aqui é avaliar, analisar e interpretar os discursos com conteúdo racista forjados nas redes sociais. Desse modo, será tomado como foco as mensagens e imagens identificados com conteúdo racista.

Desse modo, ao pensar nas redes sociais, enquanto fontes históricas, por um lado, podem ser vistas como uma situação bastante delicada, devido a sua fluidez. E por outro, pode ser uma fonte fecunda no que se refere a conexão entre o passado e o presente. Por isso, de acordo com Rusen (2000) é fundamental colocar em tônica os interesses dos homens, a forma como estes se organizam e se orientam no fluxo do tempo. Nessa perspectiva, tais interesses devem ser tomados como princípios norteadores do fazer histórico. (RUSEN, 2000, p. 30)

A tecnologia é produzida de acordo com as demandas, valores e interesses da sociedade. Nesses termos pode-se inferir que a tecnologia é um dispositivo necessário

para o processo de organização social baseada em redes. Nesse sentido, as redes sociais, instituem-se enquanto critério de sentido, inerente a vida cotidiana. Dado que, são os sentidos que regulam o trato reflexivo que o homem estabelece com o mundo e consigo mesmo. O conhecimento histórico é dinâmico e esse processo corrobora com a emergência de novas carências de orientação possibilitando a formulação de novos métodos de esclarecimento da experiência histórica. (RUSEN, 2007, p. 32)

As redes sociais, enquanto espaços de socialização possibilitam trocas de experiências concretas, forjam visões de mundo repletas de significados, por isso, podem ser consideradas fontes históricas válidas para construção do fazer histórico. Os sites de redes sociais pertencem uma categoria das mídias sociais e são focadas em manter ou criar relacionamentos com base a assuntos em comum, como o antigo Orkut, Facebook, MySpace.

Desse modo, historicamente a mídia brasileira retrata o negro a partir de uma perspectiva negativa, unilateral, a qual o mesmo é associado a figura de escravo, malandro, promiscuo, sempre na condição de subalterno. A veiculação desse arquétipo, favoreceu por assim dizer, um processo de invisibilidade do mesmo na mídia brasileira. Desse modo, aquilo que é veiculado na mídia, interfere diretamente no modo como se organiza uma dada sociedade.

Para Kellner (2001) afirma que há uma cultura veiculada pela mídia, cujas linguagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando a opinião política, os

comportamentos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade, determinando o que é positivo e o que é negativo, o que bem-sucedido ou fracassado:

“A mídia é um terreno de disputas no qual grupos sociais importantes e ideologias rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam estas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia. A intenção é analisar o modo como os efeitos da cultura da mídia está influenciando os vários aspectos da vida cotidiana, o modo como as diversas formas de cultura veiculada pela mídia induzem indivíduos a se identificar com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes. O processo de doutrinação ideológica não se dá de maneira rígida, mas sim pelo prazer, a qual o entretenimento utiliza-se de instrumentos visuais e auditivos, usando o espetáculo para seduzir o público promovendo a identificação deste com certas opiniões, atitude e sentimentos.” (KELLNER, 2001, p. 11)

As considerações de KELLNER (2001) sobre o papel da cultura da mídia em uma determinada sociedade, configura-se em instrumental de análise para compreender como a mídia contribui para a reprodução e manutenção de uma sociedade estratificada, hierarquizada a partir de um critério racial, a qual os sujeitos negros são representados como inferiores.

Já para o pesquisador João Carlos Rodrigues (2011) aponta que um dos mais frequentes questionamentos feitos ao cinema brasileiro, por intelectuais e artistas negros é o que

os filmes produzidos não apresentam personagens reais individualizados, mas apenas arquétipos e/ou caricaturas: o “escravo”, “o sambista”, “a mulata boazuda”. Deste modo, passa-se a existir uma crise de identidade do afrodescendente. Pois, os afro-descendentes necessitam ter referenciais oriundos de sua herança sociocultural, para que possa absorver e disseminá-la nas relações sociais, com a tranquilidade de ser um sujeito social. O contrário disso é uma situação de não pertencimento, de estranhamento, no contexto da sociedade nacional.

Segundo Hall (1999), a identidade não está inteiramente preenchida dentro de nós, mas também, construída pela maneira como somos representados ou vistos pelo outro. A representação do afrodescendente na escola, na televisão, no cinema e nas peças publicitárias, em geral, traduz a sua relação na sociedade nacional. Para tanto, a mídia acaba adquirindo uma dimensão social que possui uma ampla influência na produção simbólica, no processo de construção de identidades e principalmente em transmitir a visão de mundo dos grupos dominantes.

O objetivo deste artigo é trazer à tona um velho drama social, mas que está se manifestando a partir de novos espaços: os sites de redes sociais virtuais, que é uma categoria caracterizada em mídias sociais. Dessa forma, historicamente a mídia veicula narrativas, linguagens e imagens que influem no processo de construção de identidades, além de forjar a visão que se tem do outro.

A cultura da mídia, como afirma Kellner (2001), exerce influência em todas as dimensões da vida social, por conseguinte, esta não se pode fazer existir, sem a perspectiva do plano simbólico. É nesses termos que considero pertinente buscar e interpretar o fenômeno do racismo tomando como fonte de pesquisa os sites de redes sociais virtuais, que é uma categoria da mídia, a partir de um campo de investigação identificado como Imaginário Social.

Com isso, verifica-se que autores como Bronislaw Backzo, Cornelius Castoriadis e Jacques Le Goff realizaram uma vasta pesquisa sobre o conceito de imaginário. Este conceito é fundamental para redimensionar o olhar sobre a história. Pois, segundo Lucian Boia “nenhuma sociedade vive fora do imaginário.” (PESAVENTO, 2008, p.47)

Ainda Pesavento (2008), observa-se que, apesar da importância do conceito de imaginário, é necessário destacar um problema epistemológico relacionado a este conceito. O problema reside no fato de que o conceito pode ser considerado como algo que não faz parte do real. Esta visão está ancorada na herança deixada pelo racionalismo e pelo evolucionismo. Mesmo diante desse dilema, é a partir da História Cultural que o conceito de imaginário passa a ter pertinência para a compreensão da realidade.

Para Castoriadis (1982), Imaginário Social é o conjunto de representações, estruturadas no sistema simbólico e, só pode ser compreendido a partir de uma perspectiva social-histórica, tanto que, este conceito só é

possível a partir daquilo que se denomina como realidade, portanto o Imaginário não é mero reflexo da imagem.

Já Backzo (1985), fala da complexidade do conceito de imaginário, ressaltando que este conceito deve torna-se o campo de investigação do político e das relações de poder, na medida em que este exerce um poder simbólico, pois ele não consiste meramente em acrescentar o ilusório a um potencial real, mas sim duplicar e reforçar a dominação efetiva:

“O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. Com efeito, é o próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder legítimo, ou melhor, para ser mais exacto, o problema da legitimação do poder. Qualquer sociedade precisa inventar a legitimidade que atribui o poder.” (BACZKO, 1985, p. 310)

Seguindo essa linha de pensamento, as autoras Ferreira & Eizirik (1994, p.7), afirmam que toda sociedade possui um sistema de representação cujos sentidos forjam um sistema de crenças e valores que legitimam a ordem vigente, e define padrões de comportamento, distribuição de papéis sociais, demarcando a luta pela hegemonia. Dessa forma, o imaginário pode ser compreendido como um sistema simbólico, de produções de sentidos que são compartilhados na sociedade que permitem a regulação de comportamentos e identificação e distribuição de papéis.

“Isso passa a ser vivido pelos agentes e passa a representar para o grupo sentido de verdadeiro. As relações hierárquicas da sociedade são apreendidas mediante cotidianos ritualizados, fazendo crer que são naturais. É contando com o Imaginário Social que as relações de poder protegem a sua legitimidade contra aqueles que a atacam. Visando garantir um lugar social privilegiado, o grupo hegemônico inventa complexos e variados dispositivos de proteção. Isso vai desde produções legais, coercitivas, às formas sofisticadas de formação de opiniões.” (FERREIRA & EIZIRIK, 1994, p. 8)

A partir das concepções de Bronislaw e Backzo (1985), defendem as pesquisas sobre o imaginário, que devem tornar-se o campo do político, é sob esta lógica que se busca analisar a questão étnico racial, através do conceito de Imaginário Social. Pois, é secular a disseminação de ideias de inferiorização de negros e negras na sociedade brasileira, isso corrobora um processo de dominação e de legitimação das relações de poder. Desta maneira tem-se uma estrutura social pautada pelas segregações de classe e de raça e que contam com o aparato ideológico, nos quais as frações das classes dominantes imprimem seus valores de forma que estes sejam universais, com o intuito de garantir as relações entre as forças produtivas, justificadas na desigualdade econômica. Ademais, esta ideologia dominante que assegura a ordem societária vigente apresenta uma interface com a ideologia racista que inferioriza os valores culturais, que não se enquadram no padrão europeu.

Conforme assinala Ianni (1972),

“(…) a doutrina da inferioridade do mestiço, do negro e do índio convinha à camada dominante na sociedade brasileira, interessada na manutenção do Status Quo. Essa doutrina teve e ainda tem no Brasil um papel muito importante na preservação das estruturas de dominação. Apesar da copiosa legislação que lhe diz respeito, o índio brasileiro, em face da lei, é cidadão por omissão e tem uma situação jurídica imprecisa, que dá lugar a uma série de problemas. Essa imprecisão não é ocasional. Ela opera em benefício dos que dominam as organizações e os instrumentos de mando. Trata-se de preservar estruturas constituídas, em detrimento de mudanças sociais. No caso do negro, a própria situação existente nasce, em larga parte, do fato da desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o negro e o branco. A única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva. Assim, as representações ideológicas surgem nitidamente como técnicas de dominação, ou seja, de preservação de estruturas estabelecidas.” (IANNI, 1972, p. 206)

Esta doutrina de inferiorização, na qual se refere IANNI (1972) conta com diversos mecanismos para a sua propagação. A mídia é uma das principais aliadas nesse processo de construção de um Imaginário Social, cujo sistema de significações tem como objetivo enaltecer os valores e interesses das camadas dominantes da sociedade

brasileira, denominada como branca, como forma de tornar legítima e natural o poder e a sua superioridade.

Desta forma sabe-se que a reprodução do racismo se dá a partir do conflito, este por sua vez, é parte da afirmação da superioridade de um grupo em relação ao outro. Os conflitos oriundos das relações étnico-raciais são travados de diversas maneiras, em diferentes contextos e espaços. E as redes sociais não estão fora desta lógica, pois é visível a postagem de comentários, imagens e vídeos que constata a eminência do conflito racial nas redes sociais.

Nestas postagens, é fácil perceber que há uma representação do negro, em que este é visto como escravo e como seres que ainda não alcançaram a civilização, perpetuando um imaginário em que prevalecesse a superioridade do branco em relação ao negro.

Desde o início desta pesquisa foram catalogadas inúmeras ocorrências semelhantes a estas aqui apresentadas. Mas como não é possível listar todas neste artigo optou-se por trazer alguns exemplos que oferecem condições para refletir sobre a reprodução do racismo na sociedade brasileira a partir do campo de investigação do Imaginário Social.

Figura 01: Postagem de Alessandra Santos



Fonte: Facebook

Figura 02: Comparação da mulher negra em escrava

Fonte: <http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/veja-nove-casos-de-racismo-no-brasil-em-2014/>

A partir disso, pode-se observar que as ocorrências apresentadas se orientam por discurso no qual o negro é sinônimo de animal, preso à figura de escravo. Como fica evidente nas mensagens da Figura 02 e de um ser que não alcançou condições capazes de lhe conferir humanidade.

Segundo Moore (2007) o racismo não é uma experiência exclusiva da contemporaneidade. No entanto, esta questão é trivializada e banalizada e isso não se dá de forma gratuita ou mesmo ingênua, pois seu intuito é legitimar e consolidar o conjunto de interesses dos grupos raciais que possuem o domínio e meios de inculcar seus valores como unívocos, universais e que são dados como coisa natural.

O esquema explicativo de Moore é relevante por propiciar subsídios teóricos contundentes para a compreensão dos aspectos que configuram a dinâmica e a perversa funcionalidade do racismo como um sistema estruturador das relações sociais que tem como intuito forjar uma gestão racializada de distribuição de recursos e do poder. E, a partir destas análises que pode-se perceber as nuances e as diferentes formas como o racismo enquanto fenômeno historicamente construído se manifesta na sociedade hoje. Atualmente, visualizou-se ataques e ofensas públicas de cunho racista, outrora os ataques se davam de maneira sutil e atenuada.

Portanto, a problemática que se coloca é que as inúmeras ocorrências de postagens que tem como propósito a reprodução do racismo, não podem ser ignoradas, pois elas reforçam um imaginário da qual o negro é representado

negativamente, nas quais se pode observar um esforço para a manutenção de relações de poder pautadas no critério racial.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na História do Brasil – Mito e realidade*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GRANOVETTER, Mark S. The strenght of weak ties. *The American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio 1973.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Editores, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. 2ª ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RUSEN, Jorn. *Didática- Funções do saber histórico*. In: *História Viva: teoria da História*. Brasília: Ed. UnB, 2007, p.85-134.

Tarefa e função de uma teoria da história. In: *Razão histórica*. Brasília: Ed. Unb, 2000, p. 24-5.

SANTOS, Joel Rufino. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.